



AH

ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação
dos Arqueólogos Portugueses

Volume 68
2016

COLÓQUIO
TERRAMOTO DE LISBOA. ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

A BAIXA DE LISBOA, ANTES E DEPOIS DO TERRAMOTO

Jacinta Bugalhão

Direcção-Geral do Património Cultural e Investigadora da UNIARQ (FL/UL) e do CEAACP (UC e CAM) / jacintabugalhao@gmail.com

Resumo

Neste artigo pretende-se explorar as potencialidades do registo arqueológico para o conhecimento da Baixa pré-pombalina, a partir das dezenas de intervenções arqueológicas realizadas nos últimos anos nesta área urbana. Especial atenção será concedida à compreensão da topografia anterior ao Terramoto, deste território urbano, mas também aos contextos arqueológicos conhecidos (arquitectura, cronologia, tipologia, funcionalidade, cultura material). Serão também identificadas e caracterizadas as principais características da estratigrafia relacionada com o Terramoto e a reconstrução subsequente.

Palavras-chave: Baixa Pombalina, Arqueologia urbana, Urbanismo, Estratigrafia.

Abstract

This paper aims to explore the potential of the archaeological data, retrieved from dozens of archaeological excavations carried out in recent years in this urban area, increasing the knowledge of the 18th century Lisbon downtown. Special attention will be given to the city's urban topography prior to the earthquake, but also to known archaeological contexts (architecture, chronology, type, functionality, material culture). The main stratigraphic characteristics related to the earthquake and subsequent reconstruction will also be identified and characterized.

Keywords: 18th century Lisbon down town, Urban post-medieval archeology, Urbanism, Stratigraphy.

1. INTRODUÇÃO

Desde o ano 2000 foram realizadas na cidade de Lisboa cerca de 2500 intervenções arqueológicas, das quais, aproximadamente metade, foram acompanhamento de abertura de valas de infra-estruturas (Bugalhão, 2008; 2014; Araújo *et alii.*, 2013). Deste conjunto, cerca de 15% decorreram na Baixa Pomalina (desde o Rossio/Praça da Figueira até à Praça do Comércio; entre a Cerca Velha e as colinas do Carmo/São Francisco; na frente ribeirinha, desde o Campo das Cebolas até ao Cais do Sodré).

O enorme manancial de informação recolhido nestas intervenções tem um igualmente grande potencial gerador de conhecimento histórico que, se devidamente sistematizado e sintetizado, permitirá a reconstrução da paisagem urbana desde os alvares da cidade de Lisboa. A identificação de ocupações cronologicamente bem diferenciadas tem permitido propor e compor progressivamente as diversas cartografias urbanas, desde a génese da cidade, na Idade do Ferro, prosseguindo pelos períodos romano, tardo-antigo e alto medieval, medieval-islâmico, medieval-cristão e de Época Moderna.

2. A BAIXA

A Baixa corresponde a um vale escavado por um antigo braço do rio Tejo. A sua vertente Oeste apresenta um perfil abrupto, correspondente às arribas rochosas das colinas de São Francisco e do Carmo. A sua vertente Este, correspondente à colina de São Jorge, apresenta-se mais suave.

Em termos geológicos, neste local, o substrato integra-se nos complexos miocénicos das Argilas e Calcários dos Prazeres, Areolas da Estefânia, Calcários de Entrecampos e Argilas do Forno do Tijolo (Almeida, 2004: 153).

Sobre o preenchimento sedimentar do vale da Baixa sabe-se que, sobre a rocha, e até cerca de 18 metros de profundidade, se regista a presença de camadas de lodos intercaladas com camadas de areias lodosas, cuja formação corresponde ao período em que esta área se encontrava submer-

sa pelas águas do grande estuário. Entre os 18 e os 10 metros de profundidade o vale encontra-se preenchido com uma unidade predominante arenosa, formado entre 8000 e 4000 BP, resultante de actividade aluvionar em ambiente marinho, litoral e subtidal (Almeida, 2004: 157). Posteriormente a este período, a acumulação sedimentar progressiva vai transformando o vale da Baixa numa zona emersa de praia fluvial, propícia à fixação de comunidades humanas. É neste ambiente de praia fluvial que ocorrem as primeiras ocupações humanas na Baixa, das quais são exemplo os contextos do final da Idade do Bronze identificados na Praça da Figueira (Silva, 2013) e os níveis ocupacionais sidéricos reconhecidos no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correios / NARC (Sousa, 2014).

3. O VALE DA BAIXA E A CIDADE

Conforme foi referido, o vale da Baixa terá registado as primeiras ocupações humanas ainda na Pré-História, na Idade do Bronze Final (entre o final do 2.º e o início do 1.º milénio antes da nossa Era). O número reduzido de contextos conhecidos e a natureza incaracterística dos mesmos não permite avançar sobre a tipologia da ocupação que documentam.

A partir do final do século VIII a.C., foi-se constituindo na colina de São Jorge uma urbe, *Olisipo* (topónimo indígena pré-romano), que no século V ocupava já a plataforma superior, a suave encosta Sul até ao Tejo, chegando à praia fluvial bordejada pelo esteiro. Embora esta ocupação esteja ainda precariamente caracterizada, conhecem-se estruturas habitacionais aglomeradas e um forno, provavelmente de olaria, no NARC (Sousa, 2014), numa zona urbana e provavelmente dedicada às actividades artesanais, piscatória e comercial.

No século II a.C., chegam a *Olisipo* novos colonizadores oriundos de Roma. A fase de apropriação militar é rapidamente suplantada pelos contactos comerciais, sociais e culturais. A cidade cresce, consolida-se e, no século I a.C. reconhecem-se já diversos pontos de ocupação na Baixa, essencial-

mente concentrados na sua zona Sudeste. Nesta altura, aqui se terá localizado um dos mais antigos cemitérios romanos de *Olisipo*, também identificado no NARC (Bugalhão *et alii*, 2013).

Durante o Império, *Olisipo* vive uma fase de grande expansão e estruturação urbana. Na Baixa, implantam-se dois importantes eixos viários de acesso à cidade, um para a Norte, identificado na Praça da Figueira (Silva, 2012) e outro para Ocidente, identificado no NARC (Bugalhão, 2001). O desenvolvimento urbano neste período deve-se, em grande parte, à exploração de recursos marinhos e à produção e comercialização de preparados piscícolas. Na Baixa, desde a frente ribeirinha Sul, rodeando vertente sudoeste da cidade, localizava-se uma extensa e densa área industrial dedicada a esta produção, intercalada com edifícios e equipamentos públicos (de entre os quais se destaca o criptopórtico a Sudeste e uma grande necrópole e o circo, a Noroeste), estruturas habitacionais e portuárias.

Com o fim do Império romano, a cidade de *Olisipona* vive um período de alguma instabilidade política e militar, pontuada por confrontos envolvendo poderes locais, suevos e visigodos. A dinâmica urbana e económica ter-se-á ressentido, registando-se, aparentemente, alguma retracção espacial. Não obstante, os dados disponíveis sugerem a persistência de ocupação na Baixa, eventualmente relacionada com a continuidade de utilização das duas vias anteriormente mencionadas. A proximidade com estes eixos viários poderá explicar a ocorrência de contextos funerários isolados, como é o caso da sepultura alto-medieval identificada no NARC (Bugalhão, 2001; Duarte, 2001).

Por volta do ano de 714, a cidade de *Olisipona* capitulou aos conquistadores árabes, tendo o domínio islâmico aqui permanecido por mais de quatro séculos, até 1147. A partir do século X, a cidade de *Madīnat Ushbūna* inicia um período de grande dinâmica urbana, formando-se na Baixa um grande arrabalde que, em meados do século XI ocuparia toda a área disponível do vale. Tudo indica que as actividades artesanais e comerciais desempenha-

vam um papel central nesta área urbana, realidade bem documentada pelos abundantes vestígios relacionados com a produção oleira que vêm sendo recolhidos (Bugalhão, 2009).

Com a conquista cristã em 1147, a urbe medieval de Lisboa reestrutura-se e cresce principalmente na frente ribeirinha. Nesta época, a Baixa densifica-se e continua a crescer para Ocidente, impondo a necessidade de construção de novas linhas de muralhas por D. Dinis (final do século XIII) e D. Fernando (último quartel do século XIV). Com o crescimento e consolidação do arrabalde ocidental e a conquista progressiva de terrenos à margem do Tejo e à ribeira, o eixo viário milenar que atravessava o vale da Baixa desloca-se ligeiramente para Sul, transformando-se progressivamente numa artéria urbana, mais tarde designada por Rua Nova dos Mercadores. A Baixa da cidade tardo-medieval perde os últimos resquícios de ruralidade e aprofunda a sua vocação industrial e portuária, transformando-se progressivamente no centro económico e comercial da cidade (Fialho, 2012).

Com a construção da muralha fernandina (1373-1375), a Baixa é definitivamente integrada na cidade formal, delimitada pelas muralhas construídas nos espaços conquistados ao Tejo e ao esteiro. No século XV, o encanamento da ribeira da Baixa elimina definitivamente mais um limite natural. No século XVI, a urbanização progressiva das colinas ocidentais favorece o recentramento da cidade no vale, onde D. Manuel I promove a construção efectiva de um novo centro para Lisboa (Carita, 1999).

4. ANTES DO TERRAMOTO

O confronto de informação arqueológica com dados contidos em documentação histórica começa a revelar-se produtivo a partir dos séculos XII-XIII com a crescente proliferação de fontes históricas coevas disponíveis. Mas só em Época Moderna se verifica finalmente a possibilidade de cruzamento da informação espacial arqueológica com documentação iconográfica e cartográfica.

Datam de Época Moderna os primeiros docu-

mentos iconográficos com o objectivo de representação gráfica real da cidade de Lisboa¹. De entre as panorâmicas que abarcam toda (ou quase toda) a cidade, destacam-se:

- 1530-1534; pormenor de vista de Lisboa de António de Holanda. Iluminura incluída na *Genealogia dos Reis de Portugal*. Simão de Bening. British Library, Londres.
- 1535-1545; iluminura em pergaminho atribuída a António de Holanda que constitui o frontispício da *Crónica de D. Afonso Henriques de Duarte Galvão*. Museu-Biblioteca Condes Castro Guimarães, Cascais.
- c. 1544; gravura em madeira panorâmica da cidade de Lisboa, de Sebastian Munster, publicada na *Cosmographie oder Beschreibung aller Lander Herrschaften*, Livro II, Basileia.
- 1570; desenho anónimo representando vista panorâmica de Lisboa; Biblioteca da Universidade de Leiden, Holanda.
- 1571; esboço de Francisco d’ Holanda (1984). *Lembrança dos Muros e bastiões que faleçe...*, incluído na obra *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*.
- 1572; gravura *Lisbona*, Georgio Braunio Agrippinate, publicada *Civitates orbis Terrarum* (Livro 1).
- 1575; desenho aquarelado, *Ulibone Pars* de Simão de Miranda, Archivio di Stato di Torino.
- 1613; pintura *Joyeuse Entrée* de autor desconhecido; Castelo de Weilburg, Alemanha.
- c. 1620; Pintura *Ex-voto Nossa Senhora de Porto Seguro Roga a seu Precioso Filho por esta Cidade e sua Navegação de Lisboa*, patente na Igreja de S. Luís Rei de França, em Lisboa.
- 1622; gravura de Domingos Vieira Serrão, *Desembarcacion de Su M en Lisboa*, publicada no livro *Viagem da Catholica Real Magestade del Rey D. Filipe II. N. S. ao Reyno de Portugal e rellação do solene recebimento que nelle se lhe fez de*

¹ Grande parte dos documentos iconográficos foi referenciada a partir do *blog Almada Virtual Museum*. Foi igualmente utilizado livremente o catálogo da coleção *Cartografia* da Biblioteca Nacional de Lisboa, através da plataforma PORBASE e consultados Silva, 1950, Oliveira, 2012 e Rossa, 2015.

João Baptista Lavanha, Madrid: Thomas Iunti.

- 1668/9; aquarelas *Vistas de Lisboa (...)* a partir do *Tejo* de Pier Maria Baldi, publicada na obra *Viage de Cosme de Médicis por España y Portugal* de Lorenzo Magalotti.
- 1670; gravura colorida *Lisbona* Lisboa, atribuída a Giuseppe Longhi;
- c. 1680; gravura *Lisboa amplissima lusitaniæ civitas, totius indiæ orientalis et occidental emporium celeberrimum*, atribuída a Carel Allard; Coleção de Magnus Gabriel De la Gardie, Biblioteca Nacional da Suécia.
- 1680-1720; gravura *Lisbone, ville capitale du royaume de Portugal située a l’embouchure du Tage*, de Pierre Aveline.
- c. 1700; painel de azulejos *Grande panorama de Lisboa*, com pintura atribuída a Gabriel del Barco; Museu Nacional do Azulejo.
- c. 1730; pintura *D. João III e o núncio apostólico da Índia ou A partida de São Francisco Xavier*, de autor desconhecido; Museu Nacional de Arte Antiga.
- c. 1750; gravura colorida *LISABONA. Lisabon* de Martin Engelbrecht.
- c. 1750; gravura aquarelada *The City of Lisbon as before the dreadful Earthquake of 1755*, de J. Couse; exemplar conservado na Biblioteca Nacional.

Trata-se de vistas tomadas de Sul, do rio, ou mesmo de Almada, por vezes rasantes e outras numa perspetiva claramente superior, que têm entre si muitos elementos e representações em comum. Embora com pormenorização gráfica variável, apresentam a cidade como uma mole de edifícios de entre a qual se distinguem o castelo, as muralhas, igrejas e conventos, grandes edifícios públicos e o novo paço da Ribeira. O Rossio e o Terreiro do Paço e suas estruturas portuárias (em primeiro plano) são claramente delineados, bem como as zonas de fundeadouro no rio, em frente à cidade, pontuadas por numerosas e muito diversificadas embarcações. A topografia urbana é claramente perceptível, sendo visíveis a colina de São Jorge e o morro do Carmo e, entre am-

bos, o vale da Baixa. Em alguns casos, os recortes da frente ribeirinha são representados com pormenor permitindo antever com alguma aproximação à paisagem fluvial/portuária. Quase todos incluem representações da dinâmica urbana, estruturas artesanais várias, pessoas a trabalhar ou em movimento, exercícios militares.

Muitos dos elementos gráficos podem tratar-se de estilizações ou representações estandardizadas ou idealizadas, com pouco realismo. Ainda assim, os diversos documentos iconográficos revelam enquadramento (variável) do território rural envolvente da cidade, nos seus aspectos naturais e humanizados, incluindo igualmente outros elementos da paisagem, como aves, nuvens, vento, ondulação fluvial.

Ainda no campo na iconografia, merece especial relevo a gravura *Olissippo quae nunc Lisboa, civitates amplissima Lusitaniae, ad Tagum. Totis orientis, et multarum Africoeque et Americae emporium nobilissimum*, de Georgio Braunio Agrippinate, cujo original foi publicado na obra *Urbiūm praecipuarum mundi theatrum quintum*, em 1598 (5.º volume, 2.ª estampa). A imagem representa mais uma vez a cidade vista de Sul, numa perspectiva superior claramente artificial. Este estratagema permite que a gravura, não sendo uma planta, revele com algum pormenor e pela primeira vez, a estrutura urbana (ruas, quarteirões, edifícios e outras construções e espaços de logradouro), numa intenção deliberada de representação proto-cartográfica. Por esta razão, pode considerar-se a gravura de Braunio o primeiro documento cartográfico da cidade de Lisboa. A gravura incluiu uma extensa legenda em latim, na qual estão referenciados os principais edifícios da cidade e alguns topónimos urbanos.

A primeira planta de Lisboa propriamente dita, da qual nos chegaram apenas cópias, data de 1650 e é de autoria de João Nunes Tinoco, arquitecto real. A *Planta da cidade de L[isbo]a em q se mostrão os muros de vermelho com todas as ruas e praças da cidade dos muros a dentro co as declarações postas em seu lugar* é um verdadeiro documento cartográfico, planimétrico e com orientação cardeal. As cópias conhecidas apresentam-se legendadas,

com referência aos principais elementos da toponímia urbana.

Para a Baixa, conhece-se ainda a *Carta topographica da parte mais arrasada de Lisboa na forma, em que se achava antes da sua destruição para sobre ella se observarem os melhoramentos necessários*, de Manuel da Maia, 1756 (Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar da Direcção dos Serviços de Engenharia, cota DSE 2342-2-1622-CRT36/2003. Direcção de Infraestruturas do Exército Português), talvez o mais preciso levantamento cartográfico da Baixa pré-terramoto.

Para além dos documentos de época registam-se também as reconstituições posteriores, como é o caso da *Planta de Lisboa anterior ao Terramoto* de José Valentim de Freitas (entre 1850 e 1860?) cujos originais se guardam na Biblioteca Nacional de Lisboa. Este desenho terá tido como objectivo a identificação toponímica da estrutura urbana, em detrimento de algum rigor cartográfico.

Estes documentos cartográficos permitirem pelas suas características a sobreposição com cartografia actual, exercício abundantemente experimentado desde os primeiros momentos de planeamento da reconstrução pombalina. Atendendo ao contexto e época que produziram a maioria destes documentos, a Baixa, foi a área mais representada pois aí se desenvolveu grande parte do projecto de reconstrução.

- c. 1758: diversas versões da *Planta de Lisboa arruinada pelo Terremoto de 1755* e com o novo plano de reconstrução dos Architectos Eugénio dos Santos de Carvalho e Carlos Mardel; correspondem aos trabalhos de levantamento cartográfico executados no âmbito do plano de reconstrução de Lisboa.
- 1761: *Configuração de partes das fortificações antigas da cidade de Lisboa, que prezentemente existem (...)*, examinada e aprovada por Guilherme Joaquim Pais de Meneses e Elias Sebastião Poppe. Coleção de Augusto Vieira da Silva, nº 15 (planta 3). Catálogo do GEO, cota MP 63.
- c. 1779-1789: *Planta Topographica da Cidade de Lisboa, compreendendo na sua extensão a*

beira Mar da Ponte d'Alcantra até ao Convento das Commendadeiras de Santos, e sua largura da Real Praça do Commercio até ao Collegio dos Religiosos Agostinhos descalços na Rua de S. Sebastião da Pedreira. Tudo de banho vermelho he o que se conserva antigo; e vermelho mais vivo denotão as Igrejas: O banho amarelo, o Projecto do novo Plano, e o amarelo mais vivo as Igrejas novas. Coleção de Augusto Vieira da Silva, nº 43 (planta 4). Catálogo do GEO, cota MP 64.

Em 1900 e com base nestes e noutros documentos cartográficos por si recolhidos, trabalhados e publicados, Augusto Vieira da Silva publicou diversos *Fragmento(s) da Planta da Lisboa actual sobreposta à da Lisboa anterior ao Terramoto de 1755* (Silva, 1900), mais uma vez, incidindo especialmente na zona da *Baixa*.

Mais recentemente, destaca-se a sobreposição de cartografia actual com cartografia histórica (mais de 20 documentos) promovida e disponibilizada *online* pelo projecto *Lisboa Interactiva*, da Câmara Municipal de Lisboa.

Neste esforço de longa duração, actualmente a Arqueologia pode dar um importante contributo, pois para além da conjugação da tecnologia SIG com o cruzamento entre dados cartográficos e documentais históricos, pode ainda acrescentar os dados arqueológicos recolhidos nas centenas de intervenções arqueológicas realizadas nas últimas décadas na Baixa de Lisboa.

5. RECONSTITUIÇÃO DA PAISAGEM É DA TOPOGRAFIA URBANA HISTÓRICA: CONTRIBUTOS DA ARQUEOLOGIA

Relativamente à cidade antiga e medieval, um dos principais contributos que a Arqueologia tem vindo a produzir é a cartografia, nos diversos períodos históricos, do esteiro na Baixa e da linha ribeirinha do Tejo. A profunda urbanização da Baixa desde Época Romana terá produzido um confinamento e cristalização na paisagem do esteiro, que eventualmente não se verificavam em fases anteriores.

Assim, em Época Medieval o esteiro/ribeira da Baixa transformou-se em “rego”, depois em “cano” e depois em eixo viário (Rua do Cano / Rua Nova d'el Rei / Rua dos Ourives do Ouro) representado da cartografia pré-pombalina. Cumulativamente, sabe-se que às linhas de água, já subterrâneas, correspondia, em Época Moderna, a rede de saneamento progressivamente implantada na Baixa (Bugalhão e Teixeira, 2015), cujos fragmentos vêm sendo cartografados *in loco* pelas intervenções arqueológicas.

Relativamente à definição da linha de margem do Tejo a Sul da Baixa, recorreu-se à estrutura do relevo, mas principalmente à estrutura urbana tardo-medieval (objecto de abundantes referências documentais e plasmada dos documentos cartográficos de Época Moderna já referidos). A este propósito a implantação das chamadas muralhas de Ribeira de Lisboa (Silva, 1900) é especialmente relevante, uma vez que estas estruturas visavam precisamente fortificar a frente ribeirinha (de praia) de Lisboa.

A transposição destes alinhamentos (esteiro e margem do Tejo) para a cartografia actual, conjugada com a estrutura do relevo e com a projecção cartográfica dos sítios arqueológicos com ocupação nos diversos períodos permitem uma leitura evolutiva da cartografia histórica da Baixa. Crê-se que o talvegue do esteiro fixado pelo urbanismo em Época Romana não tenha sofrido grandes alterações em período islâmico e na Baixa Idade Média, até ao seu encanamento no final do século XV. Quanto à frente ribeirinha é perceptível um permanente e progressivo avanço para Sul, com a conquista de espaços ao rio a beneficiar do assoreamento e da pressão antrópica urbana sobre o rio.

Para a Baixa de Época Moderna, a arqueologia vem trazendo à luz abundantes e muito relevantes informações. Em primeiro lugar, há a referir o reconhecimento da topografia da Baixa, antes do Terramoto de 1755. O aplanamento da Baixa que caracteriza o projecto da reconstrução pombalina implicou fortes aterros e desaterros que praticamente eliminaram a anterior topografia natural e urbana. Geralmente, nas áreas desaterradas, os vestígios pré-pombalinos desapareceram ou estão muito afectados; nas áreas

sujeitas a aterro, o estado de conservação é tendencialmente melhor. Sabe-se hoje que a faixa Nascente da Baixa, correspondente ao antigo sopé da encosta Poente da colina de São Jorge, provavelmente por se tratar de uma zona de cota mais elevada, sofreu fortes desaterros durante a reconstrução. É assim frequente que as intervenções arqueológicas nas actuais Ruas da Prata e dos Fanqueiros não conservem vestígios de Época Moderna e mesmo Medieval, encontrando-se os contextos romanos imediatamente abaixo da cota actual de superfície. Situação semelhante ocorre numa área de extensão indeterminada na zona Sudeste da Baixa (mais ou menos do alinhamento da Rua da Conceição).

Em contraponto algumas áreas na zona central, a Sul e Norte da Baixa, encontram-se potentemente aterradas propiciando óptimas condições de preservação dos contextos pré-pombalinos e também dos anteriores. Tal é o caso da Praça da Figueira, no alinhamento da Rua das Esteiras e da Rua Nova d'el Rei e na área correspondente ao antigo Terreiro do Paço.

No contexto destas condicionantes, têm vindo a ser recuperados numerosos e bem preservados vestígios urbanísticos (Bugalhão, 2015a; 2015b), geralmente de fundação quinhentista, confirmando os dados históricos que situam nesta época importantes intervenções urbanas que renovaram, modernizaram e nobilitaram o antigo arrabalde medieval. Os arruamentos são empedrados, uma rede de “canos” de esgotos é implantada (Bugalhão e Teixeira, 2015) e novos e melhores edifícios são erigidos ou renovados. Para além da tendência para a qualificação e embelezamento dos edifícios, num nítido traço de modernidade (refletida em alguns documentos iconográficos da época²), é clara a preocupação com a salubridade pública e com o

² Por exemplo, a representação da Rua Nova dos Mercadores na iluminura do Livro de Horas, dito de D. Manuel, atribuído a António de Holanda, de 1517-c. 1551; os quadros pintados a óleo representando a Rua Nova dos Mercadores, datáveis de c.1550-1600, Society of Antiquaries of London; ou o óleo sobre tela representando o Terreiro do Paço no século XVII, de Dirk Stoop, Museu da Cidade.

abastecimento de água, aspectos sempre críticos numa cidade.

A Baixa Pré-Pombalina é o centro urbano da Lisboa Pré-Pombalina. No século XVI, o re-centramento da cidade no vale concretiza-se através da construção do novo Paço no novo “Terreiro do Paço” da instalação na Baixa das instâncias políticas, administrativas e cívicas e da consolidação das funções portuária e comercial nesta zona da cidade.

Após o encanamento da ribeira da Baixa no século XV, a Rua Nova d'El-Rei (Norte-Sul), juntamente com a Rua Nova dos Mercadores (Este-Oeste) funcionam como eixos estruturantes da cidade baixa. São construídos na Baixa grandes edifícios públicos, de entre os quais se destaca o Hospital Real de Todos-os-Santos.

Dos pavimentos calcetados dos arruamentos, foram já reconhecidos vestígios arqueológicos nos antigos: Largo do Poço da Fótea, Beco do Álamo, Rua da Confeitaria, Rua do Selvagem, Rua das Esteiras, Rua/Beco dos Cabriteiros, Rua do Arco do Rossio, Rua das Manilhas, Rua Nova d'el Rei, Rua Praça da Palha (Bugalhão, 2015a; 2015b). Os vestígios arqueológicos identificados integram ainda: edifícios (nomeadamente estruturas habitacionais e/ou domésticas), pavimentos em tijoleira, elementos arquitetónicos (elementos de coluna, revestimentos azulejares) a já referida rede de saneamento, poços, vestígios correlacionáveis com actividades industriais-artesaniais e comerciais (como a metalurgia, a moagem, depósitos de garrafas em vidro, recipientes de medida) e abundantes peças em cerâmica (Bugalhão e Coelho, 2017).

6. TERRAMOTO 1755

Na manhã de 1 de Novembro de 1755, pelas nove horas e trinta e nove minutos, Lisboa sofreu um forte abalo sísmico com uma intensidade posteriormente estimada num valor próximo do máximo das escalas hoje utilizadas. A Baixa de Lisboa, à data densamente habitada, esteve entre as zonas mais causticadas. Ao terramoto sucedeu o maremoto, que como é natural também atingiu especialmente a Baixa, pene-

trando fundo no vale da antiga ribeira. Finalmente, o incêndio que se prolongou por vários dias completou o ciclo extraordinariamente arrasador deste múltiplo sinistro. Como se depreende, este episódio teve consequências muito destrutivas na cidade de Lisboa, quer ao nível de perdas de vidas humanas, quer na devastação de edifícios habitacionais de todo o tipo, quer ao nível das infraestruturas e equipamentos públicos.

Os vestígios de destruição associados a este momento histórico são bem conhecidos dos arqueólogos e estão omnipresentes em todos os locais da Baixa sujeitos a trabalhos arqueológicos. Aliás a estratigrafia de destruição resultante desta sucessão de acontecimentos (terramoto, maremoto, incêndio, reconstrução) constituiu a mais importante reserva de informação arqueológica relativa ao período Moderno para a Baixa de Lisboa. Estes contextos conjugam os elementos de destruição, escombros, derrubes de estruturas e coberturas, com os níveis de combustão intensa produzidos pelo incêndio, cobrindo e preenchendo todos os espaços urbanos, interiores e exteriores, públicos e privados. Não raras vezes, conservam os elementos que naquele momento compunham e integravam estes espaços, sendo por isso valiosos repositórios de informação sobre o quotidiano da cidade de meados do século XVIII.

7. A CIDADE NOVA QUE POMBAL CONSTRUIU

Em 1755, Sebastião José de Carvalho e Melo era Secretário de Estado e nessa condição, assumiu a reacção do Estado, que foi imediata e musculada, beneficiando de reflexões anteriores que preconizavam a renovação de Lisboa de forma a conferir-lhe imagem e monumentalidade devidas à capital de um império. Manuel da Maia, Engenheiro-Mor do Reino, foi o principal ideólogo de processo da reconstrução, renovação e reestruturação urbana. Reconhecendo que não era possível intervir em toda a cidade, preconizou uma intervenção no seu “centro”, a Baixa, apoiando-se no trabalho dos desenhadores Eugénio dos Santos e Carlos Mardel.

Há que salientar como um dos principais produtos deste processo para o conhecimento histórico, a produção de cartografia, necessária para o processo de concepção da nova cidade, já acima amplamente referida (Silva, 1950). Igualmente relevantes são as fontes iconográficas, pois o Terramoto de Lisboa foi amplamente representado a nível europeu (Rossa, 2015).

O plano de reconstrução, considerado como uma das principais manifestações do Iluminismo português, baseava-se na demolição integral de todos os edifícios e ruínas subsistentes e na construção de uma cidade completamente nova, com rede viária ortogonal, quarteirões e edifícios regularizados e simétricos, com função habitacional e comercial. Esta opção implicou o desenvolvimento de um sistema de transferência de propriedade, imposto pelo Estado ao cidadão proprietário, fazendo prevalecer o interesse público sobre a decisão privada.

A estrutura urbana organiza-se entre duas grandes praças públicas, o Rossio e a Praça do Comércio (antigo Terreiro do Paço), onde se sedevam o poder e situavam as infra-estruturas públicas. As igrejas são realocadas e sujeitas ao ordenamento urbano e arquitectónico geral.

O plano de reconstrução da Baixa revela algumas continuidades relativamente à realidade anterior: a persistência das duas praças públicas já referidas, a manutenção de uma rede viária hierarquizada, articulando um eixo principal Norte-Sul, com uma via estruturante situada a Norte da Praça do Comércio, no sentido Este-Oeste, e a organização de actividades (antigos ofícios/mesteres) por ruas.

Mas, essencialmente, prevalece o carácter inovador do Plano, nomeadamente, na implementação da uniformização arquitectónica e no recurso à pré-fabricação de elementos e materiais arquitectónicos; na opção de utilização de escombros para aterro e aplanamento de terreno (eventualmente com objetivo de melhorar as condições de drenagem de águas subterrâneas); na imposição da medida como elemento definidor do urbanismo (área, volume, altura, largura comprimento, etc); na utilização sistemática de fundações em estacaria de ma-

deira; na utilização da estrutura “em gaiola” para os edifícios como solução anti-sísmica; e nos telhados com parede guarda-fogo (prevenção de incêndios). Reforçaram-se as preocupações com a sanidade pública e segurança, expressas na rede de esgotos e recolha e condução de águas e nos sistemas de recolha de lixo.

Cabe referir, porque especialmente interessante, que durante a reconstrução da Baixa foram identificados e registados importantes vestígios das ocupações antigas da cidade, com destaque para o período romano. Entre outras “descobertas”, em 1770 e 1773, foi identificado e sumariamente levantado o criptopórtico romano situado entre as actuais ruas da Prata e da Conceição. Foram também recolhidas diversas lápides epigrafadas, algumas das quais foram integradas nas fachadas dos edifícios então construídos, numa solução que hoje seria considerada de valorização patrimonial.

Também a arqueologia tem revelado importantes dados sobre a cidade pombalina. Para além dos contextos arqueológicos pombalinos e pós-pombalinos relacionados com a vivência desta área urbana entre o final do século XVIII e o início do século XX (contextos industriais e comerciais, como forjas e padarias; elementos da cultura material como os vidros industriais (Medici, 2015), elementos etnográficos como as imagens mutiladas de Santo António do fundo dos poços), evidenciam-se os dados sobre a estrutura arquitectónica pombalina. Destaca-se a estrutura em gaiola, as fundações em estacaria de pinho verde, a nova e muito moderna rede de saneamento, a infra-estrutura de abastecimento de água com numerosos poços junto dos limites exteriores dos edifícios, os materiais de construção (com destaque para os pavimentos em calcário margoso, as calçadas nos saguões, as rampas em tijoleira colocada em cutelo), etc.

BIBLIOGRAFIA

ALMADA VIRTUAL MUSEUM. Disponível em <https://almada-virtual-museum.blogspot.pt/2016/01/iconografia-de-lisboa-cronologia.html> (consultado em Setembro de 2016).

ALMEIDA, Isabel Moitinho (2004) – “Caracterização Geológica da Baixa”. *Monumentos*, 21. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pp. 152-157.

ARAÚJO, João; CARDOSO, Bernardo; CASTELO, Inês; MUCCIOLI, Giovanni; REIS, Helena; RUELA, Sara (2013) – “A Arqueologia urbana em Lisboa: análise da actividade arqueológica entre 2006 e 2011 e divulgação patrimonial” in ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C. (eds.) *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 97-102.

BUGALHÃO, Jacinta (2001) – *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros* (Trabalhos de Arqueologia, 15). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 186.

BUGALHÃO, Jacinta (2008) – “Lisboa e a sua Arqueologia: uma realidade em mudança”. *Era Arqueologia*, 8. Lisboa: Era Arqueologia, pp. 217-230.

BUGALHÃO, Jacinta (2009) – “Lisboa islâmica: uma realidade em construção” in *Actas do 6.º Encontro de Arqueologia do Algarve. O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos* (Silves, 23, 24 e 25 de Outubro, 2008) (Xelb: Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História, 9). Silves: Câmara Municipal de Silves/Museu Municipal de Arqueologia, pp. 337-392.

BUGALHÃO, Jacinta (2014) – “Arqueologia de Lisboa: balanço e perspectivas”. Comunicação apresentada no Seminário *Lisboa Subterrânea – Trajectos na Arqueologia Lisboaeta Contemporânea*, organizado pela Sociedade Geografia de Lisboa (21 de Maio). Disponível em https://www.academia.edu/9028869/Arqueologia_de_Lisboa_balan%C3%A7o_e_perspectiva (consultada em Setembro de 2016).

BUGALHÃO, Jacinta (2015a) – “Contextos Arqueológicos” in BUGALHÃO, J. (coord.) *Uma casa pré-pombalina na Baixa Lisboaeta. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros* (Arqueoarte, 3). Lisboa: Centro de História de Aquém e Além-Mar/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores (91 p.).

BUGALHÃO, Jacinta (2015b) – “Um novo centro urbano, junto ao Tejo: contributos da Arqueologia” in TEIXEIRA, A.; VILLADA PAREDES, F.; SILVA, R. B. (coord) *Lisboa 1415 Ceuta: historia de dos ciudades / história de duas cidades*. Ceuta/Lisboa: Cidade Autónoma de Ceuta/Câmara Municipal de Lisboa/FCSH – Universidade Nova de Lisboa (pp. 45-47).

- BUGALHÃO, Jacinta; ARRUDA, Ana Margarida; SOUSA, Elisa de; DUARTE, Cidália (2013) – “Uma necrópole na praia: o cemitério romano do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Lisboa)”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 16. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 243-275.
- BUGALHÃO, Jacinta; COELHO, Inês Pinto (2017) – “Cerâmica moderna de Lisboa: proposta tipológica in Caessa, A.; Nozes, C.; Cameira, I.; Silva, R. B. (coord.) *Uma cidade em escavação. I Encontro de Arqueologia de Lisboa* (Novembro 2015). Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa – Câmara Municipal de Lisboa, pp. 106-145.
- BUGALHÃO, Jacinta; TEIXEIRA, André (2015) – “Os canos da Baixa de Lisboa no século XVI: leitura arqueológica”. *Cadernos do Arquivo Municipal*, 4 – S. II. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa, pp. 89-122.
- CARITA, Hélder (1999) – *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 265.
- DUARTE, Cidália (2001) – “Sepultura tardo-romana do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. Descrição antropológica” in *A indústria romana de transformação e conserva de peixe, em Olisipo. Núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros (Trabalhos de Arqueologia, 15)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 161-167.
- FIALHO, Manuel (2012) – “São Julião: uma freguesia marítima de Lisboa (1147-1294)”. *Rossio: Estudos de Lisboa*, 0. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses – Câmara Municipal de Lisboa, pp. 8-27.
- LISBOA INTERACTIVA, aplicação na área dos Sistemas de Informação Geográfica, Câmara Municipal de Lisboa. Disponível em <http://lx2.cm-lisboa.pt> (consultado em Setembro de 2016).
- MEDICI, Teresa (2015) – *Fragmentos iridescentes: os vidros do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros*. Desdobrável de apoio à exposição. Lisboa: Fundação Millennium BCP.
- OLIVEIRA, João André Castela Pereira da Luz (2012) – *Cartografia de Lisboa no Gabinete de Estudos Olisiponenses*. Relatório de Estágio / Monografia de Licenciatura em História apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (policopiado).
- PORBASE, Base Nacional de Dados Bibliográficos. Biblioteca Nacional de Portugal. <http://porbase.bnportugal.pt/> (consultada em Setembro de 2016).
- ROSSA, Walter (2015) – Lisboa: da busca de imagem de capital. *Rossio. Estudos de Lisboa*, 5. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses – Câmara Municipal de Lisboa, pp. 28-43.
- SILVA, Augusto Vieira da (1900) — *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol. I. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, p. 239.
- SILVA, Augusto Vieira da (1950) – *Plantas topográficas de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- SILVA, Banha da Silva (2013) – “A ocupação da idade do bronze final da Praça da Figueira (Lisboa): novos e velhos dados sobre os antecedentes da cidade de Lisboa” in Santos, D.; Pimenta, J. (coord.) *O Tejo, palco de interação entre indígenas e fenícios* (Cira Arqueologia, 2). Vila Franca de Xira: Câmara Municipal, pp. 40-63.
- SILVA, Banha da Silva (2012) – “Arqueologia viária Romana em Lisboa: a I.A.U. da Praça da Figueira” in Pimenta, J. (coord.) *Atas mesa redonda – De Olisipo a Ierabriga* (Cira Arqueologia, 1). Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 74-87.
- SOUSA, Elisa Rosa Barbosa de (2014) – *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo durante a segunda metade do 1.º milénio a. C.* (Estudos e Memórias, 7). Lisboa: UNIARQ, p. 449.

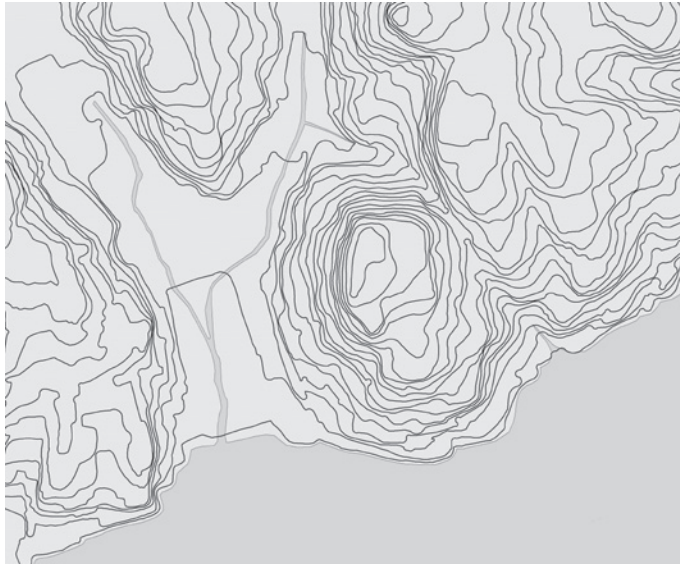


Figura 1 – Proposta de reconstituição da paisagem pré-urbana da Baixa, com implantação do talvegue do esteiro e a linha de frente ribeirinha (projecto SIG elaborado com a colaboração de Ana Vale).



Figura 2 – Exemplo de exercícios de sobreposição entre cartografia digital actual (Câmara Municipal de Lisboa) e a *Planta da cidade de Lisboa* em q se mostram os muros de vermelho com todas as ruas e praças da cidade dos muros a dentro co as declarações postas em seu lugar de João Nunes Tinoco, em 1650 (projecto SIG elaborado com a colaboração de Ana Vale).

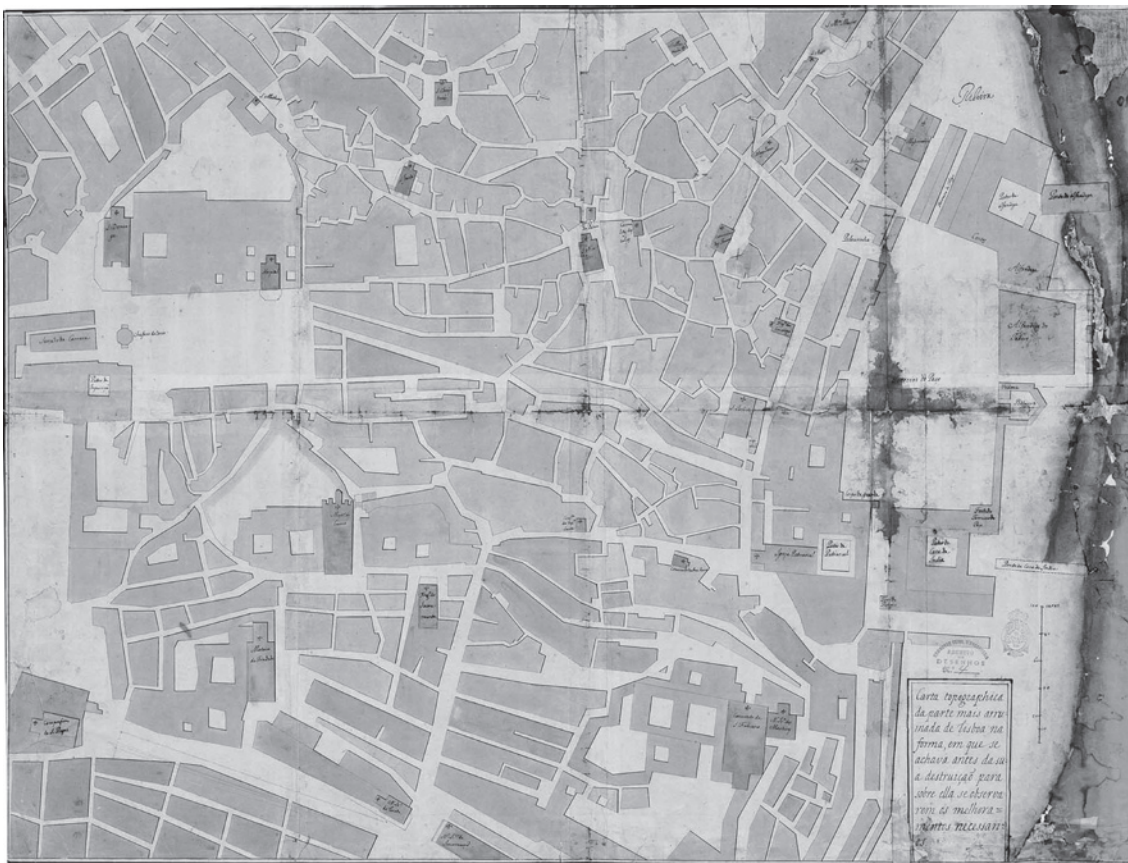


Figura 3 – Carta topographica da parte mais arrasada de Lisboa na forma, em que se achava antes da sua destruição para sobre ella se observarem os melhoramentos necessários, de Manuel da Maia, 1756 (Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar da Direcção dos Serviços de Engenharia, cota DSE 2342-2-1622-CRT36/2003. Direcção de Infraestruturas do Exército Português).

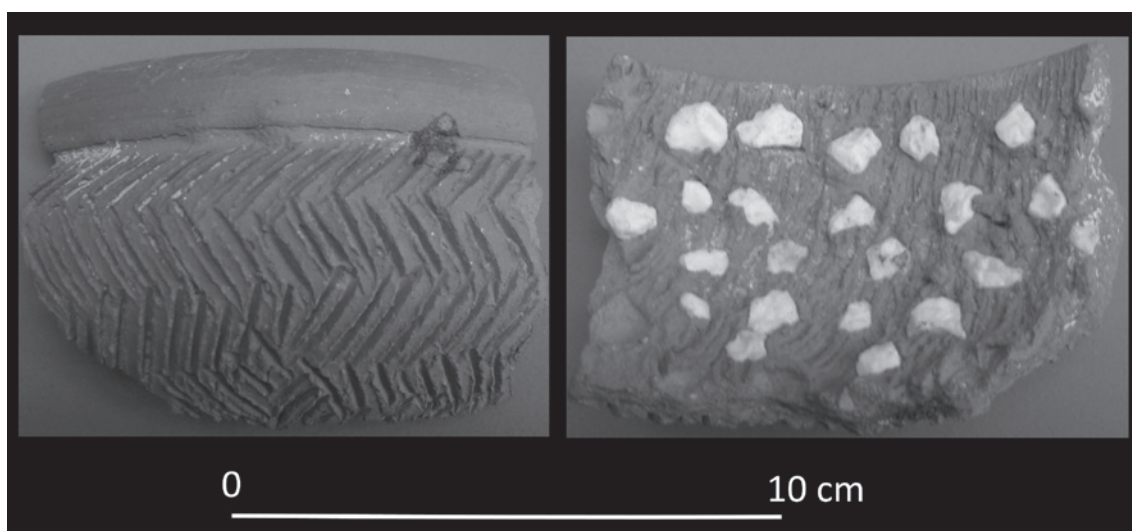


Figura 4 – Fragmento de palmetária/castiçal em cerâmica pedrada (NARC, BCP 2794), século XVI.



Figura 5 – Imagens de Santo António em cerâmica (NARC, BCP 2644 e 2645), mutiladas e atiradas para o fundo do poço em resultado de tradição popular, séculos XVIII-XIX.



Figura 6 – Garrafa com inscrição publicitária: “DROGARIA PENINSULAR”. Vidro soprado em molde (NARC, BCP 4261), finais do século XIX – século XX (Medici, 2015).

